

PERSPECTIVA POLÍTICO/PEDAGÓGICA: UM OLHAR POPULAR E EMANCIPATÓRIO SOBRE O DESAFIO PRÉ-VESTIBULAR

**PABLO ESPOSITO ESCOBAR CASTRO¹; DANIELE REHLING²;
ANA PAULA GROSSER³; MÁRCIA ALVES DA SILVA⁴**

¹ Universidade Federal de Pelotas – pablo.e.e.c@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – danielerehling08@yahoo.com.br

³ Universidade Federal de Pelotas - anagrosser@hotmail.com

⁴Profa. da Faculdade de Educação da UFPel – orientadora – prof.marciaalves07@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Desafio é um projeto de extensão da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) que surge em 1993, por iniciativa das/os próprias/os educandas/os da instituição, com o intuito de oportunizar um espaço pedagógico que estimule tanto a preparação para o vestibular, quanto a autonomia e empoderamento dos sujeitos através de uma educação crítica e emancipatória, constituindo-se como um espaço de Educação Popular que, de acordo com Paulo Freire (2005), remete à educação das classes populares, indígenas, trabalhadores e trabalhadoras (e suas/seus filhas/os), negras e negros, todos e todas aquelas pessoas que de alguma forma foram excluídas/os e oprimidas/os histórica e socialmente ao longo dos anos, oferecendo-lhes a possibilidade de troca, de um aprendizado não hierárquico, que leve em conta os saberes, fomentando a consciência crítica destas e destes.

A ideia do Desafio parte de um princípio básico: a solidariedade e o dever que as/os educandas/os da UFPel, juntamente com as pessoas que constroem a história desta instituição, detêm em relação com a grande parcela da sociedade que sustenta o ensino superior sem, muitas vezes, dele fazer parte. A meta principal é possibilitar o acesso de segmentos sociais menos favorecidos economicamente à conhecimentos específicos, de modo que possam ingressar nas Universidades Públicas, para que sendo partícipes destas, tenham maiores condições de uma intervenção social consciente.

Desta forma o presente trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência de coordenadoras/es pedagógicas/os do curso pré-universitário popular chamado Desafio, dando ênfase nos avanços e nas potencialidades, sob uma ótica popular e emancipatória.

2. METODOLOGIA

Optamos pela pesquisa participante por compreender, como nos traz Brandão e Streck (2006) que esta é uma forma de fazer ciência que vai na contramão dos modelos tradicionais, pois ela procura romper com a ideia de oposição entre sujeito/objeto, reafirmando e tornando os saberes populares protagonistas na constituição do conhecimento em uma constante construção coletiva e dialética. Tornando assim, nossa atuação enquanto educadoras/es juntamente com as constatações relatadas, complementárias no sentido de retratar o presente instante do pré-universitário Desafio.

Desta forma, para a construção do presente trabalho, propomos apresentar relatos de experiências vivenciadas no corrente ano, evidenciando aspectos que

consideramos relevantes para a reflexão acerca do processo político/pedagógico atual e futuro e discutir as potencialidades a serem trabalhadas para avançarmos ainda mais no resgate aos princípios da educação popular de Paulo Freire.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os cursos pré-universitários populares, de acordo com Monteiro (apud PEREIRA, 2007) adotam uma proposta ideológica e metodológica que não é a de simplesmente repassar os conteúdos programáticos do Ensino Médio, mas sim, de ampliar a visão problematizadora das/os envolvidas/os, sobre as questões sociais. Desta mesma forma, o Desafio busca oportunizar espaços que excedam a sala de aula, no intuito de fomentar a educação popular, enquanto um processo emancipatório, de valorização das experiências de vida das/os educandas/os, de problematização da realidade social, de estímulo à criticidade e à criatividade. Entre os espaços apresentados estão as oficinas e os debates sobre opressões sociais e históricas, algumas realizadas a pedidos das/os próprias/os educandas/os, e diversos espaços de expressão como murais, cartazes e outras formas de artes produzidas e espalhadas pelo curso, numa forma de construção da identidade coletiva.

A representação estudantil, outro importante espaço de emancipação e empoderamento das/os educandas/os, foi rearticulada no corrente ano, após permanecer inativa durante nove anos consecutivos. Frisamos que espaços de educação popular devem primar pelo princípio da horizontalidade e da autogestão, fundamentos básicos que a colocam na contrapartida do ensino tradicional, que conforme elucida Freire (2005), está inserido em um contexto histórico e social de exploração e opressão.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) em vigor data de 2003 e carrega com ele um atraso não só temporal quanto ideológico. Tendo em vista que de 2003 para 2015, não só transcorreu mais de uma década, mas aconteceram eventos como o 11 de setembro nos EUA (2001), a legalização da maconha no Uruguai (2013) e as manifestações de Junho e Julho no Brasil (2013) que simplesmente mudam os moldes de uma sociedade e se constituem em temáticas que devem ser abordadas. Manter um PPP atualizado é imprescindível quando tratamos de formação cidadã crítica, como pontuam os princípios da educação popular. Os esforços realizados para sua reforma se unem também a participação das educandas/os com o objetivo de constituir um espaço realmente construído para todas e todos.

A organização e participação nos Ciclos de Formação de Educadoras/es Populares, é algo regimental e obrigatório, de certa forma, para todas/os as/os colaboradoras/es do projeto, por ser elemento essencial no processo formativo individual e coletivo, e também estrutural do tripé ensino-pesquisa-extensão, o qual o Desafio se propõe a edificar.

Entre as diversas problemáticas e contradições existentes no Desafio, desde a reprodução de práticas opressivas e hierárquicas até a ausência completa de compreensão sobre educação popular, é possível pensarmos como hipótese causadora, a baixa participação das/os educadoras/es nos Ciclos de Formação e em determinados anos a sua não existência, como é o caso do último período (o último ciclo ocorreu em 2013), assim é preciso reafirmar a importância da formação continuada das/os educadoras/es para a consolidação de um grupo coeso a pensar e praticar educação libertadora no âmago do curso, além de

permitir o contato com outras realidades e antigas/os educadoras/es, somando esforços na manutenção de um desafio sempre ciente da sua natureza.

Especificamente nesse ano, é de suma importância ressaltar que está ocorrendo um protagonismo e uma dedicação intensa por parte das/os educandas/os em pensar efetivamente as temáticas do Ciclo, na garantia de um espaço que dê retorno para outra prática na sala de aula, mas com um olhar que também reivindica o estímulo às consciências para a transformação social.

4. CONCLUSÕES

As considerações sobre nossa atuação e nossa reflexão sobre a prática possibilita a compreensão mais profunda de que avançamos e regredimos em diferentes momentos da história do Desafio, o que não é diferente em outros processos populares de educação, pois as contradições existentes no cerne do sistema econômico, social e político que vivemos precisam ser apontadas e resolvidas coletivamente. Entretanto acreditamos que possibilitar a desconstrução da relação rígida, hierarquizante e muitas vezes opressora entre educadora/or - educanda/o dentro do Desafio, e a transformação lenta e gradual da concepção de professora/or em educadora/or, no sentido mais bonito e libertador do termo, fomentando a participação da/os educandas/os a partir do direito à voz inicialmente e consequentemente o direito à transformação em todas as esferas, são algumas das expectativas contidas na relação dialética das nossas/os iniciais ações no projeto, para o resgate dos princípios da educação popular de Paulo Freire.

Todos estes avanços ocorridos demonstram que a participação real e concreta das/os educandas/os do curso nas decisões do projeto enquanto protagonistas dão força a sua voz e empoderam na medida em que se reconhecem como sujeitos desta realidade, conforme a educação popular se afirma como uma alternativa plena e viável a se opor ao modelo educacional vigente, respeitando as individualidades, potencializando o trabalho colaborativo e fomentando aquilo que por ventura possa ter sido sufocado pelo ensino tradicional.

Por fim, a relação dialética e emancipatória que se configura atualmente em curso no projeto Desafio, a curto e a longo prazo, reivindica o seu “slogan” de nascimento: “o curso que aprova quem o sistema reprova” e essa prática não se delimita de forma alguma à simples popularização da universidade, processo que também é importante; mas antes de tudo, o objetivo político central é a instrumentalização libertadora para que essa popularização seja radical e permanente, na universidade e em todos os espaços sociais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. **Pesquisa participante**: o saber da partilha. Aparecida: Idéias & Letras, 2006. 295p.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 43º edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- PEREIRA, T.I. **Pré-Vestibulares Populares em Porto Alegre**: Na fronteira entre o público e o privado. 2007. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.